

FH elogia processo de concessão de estradas

ESTADO DE SÃO PAULO

29 JAN 1997

Esta é a íntegra do discurso do presidente Fernando Henrique Cardoso na cerimônia de assinatura do Contrato de Concessão da Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Carga na Malha Tereza Cristina, no Palácio do Planalto.

Senhor ministro de Estado dos Transportes, Dr. Alcides Saldanha,

Senhor embaixador do Chile e meu amigo, Heraldo Muñoz,

Senhores ministros de Estado que aqui se encontram,

Senhores parlamentares, Senhor presidente da Rede Ferroviária, Dr. Isaac Popoutchi,

Senhores concessionários,

Senhoras e senhores,

O ministro Saldanha já expressou o sentimento de satisfação do governo, no momento em que nós assinamos essa concessão da malha Tereza Cristina. E salientou aquilo que me parece que, realmente, é o significativo: é que há alguns anos — há muito poucos anos — a Rede Ferroviária Federal era considerada o exemplo mesmo da impossibilidade. Eram só dívidas, problemas trabalhistas, incapacidade de transporte, tarifas elevadas. E dizia-se que era impossível fazer qualquer coisa com esta Rede Ferroviária Federal.

Hoje, vê-se que não é bem assim. Bastou uma administração ser competente, coerente com os seus objetivos — não me refiro ao chefe de governo, mas aos ministros e àqueles que assumiram a direção da Rede — para que, num prazo muito curto, de dois anos — que não dois anos, porque até bancar-se editais e etc. leva muito tempo — praticamente toda a malha ferroviária já tenha passado a funcionar sob a rubrica de concessão de serviços públicos, fazendo com que a iniciativa privada participe dessa nova etapa do Brasil.

Apenas um pedaço da Rede, no Nordeste, está, ainda, nas mãos exclusivas do governo federal, e em vias, também, de negociação para que se chegue a um bom termo,

nesse processo.

Isso me apraz pessoalmente. Porque eu lutei, no Senado Federal, durante cinco anos, para que, o óbvio fosse aprovado — o óbvio era a lei de concessão de serviços públicos. Eu me recordei de quantas vezes fui à tribuna, fui à Câmara, falei com relatores, falei com ministros, falei com presidentes da República. Foi preciso que eu me tornasse ministro da Fazenda e, depois, presidente da República, para obter a aprovação de um diploma que tem resultados dessa natureza.

Mas isso também mostra que há momentos em que os países tomam consciência do se impõe e as coisas acontecem. Não foi mérito de um senador ter lutado. Foi o mérito de um país ter percebido que tínhamos chegado ao momento em que não era mais possível deter nas mãos da burocracia estatal, sem recursos — porque se ela tivesse recursos, seria diferente — porções significativas do sistema da infraestrutura brasileira, emperrando o desenvolvimento do País.

Eu espero — e os senhores, que são concessionários, têm uma enorme responsabilidade — que, de agora para a frente, nós tenhamos serviços de melhor qualidade. E que o Estado continue exercendo suas funções.

Porque se engana quem imagina que, quando o Estado se retrai da ação direta, ou infra-estrutura, ele abre mão de poder. Não é isso. Ele modifica a maneira pela qual a vontade política da nação se expressa e passa, agora, a fiscalizar, passa agora a ditar as regras gerais da política de transportes: passa a exigir que o público seja atendido, seja no transporte de carga, seja no transporte de passageiros. Então, assume uma nova função, que é, talvez, mais complexa do que a função anterior. E a anterior, progressivamente, passa às mãos da iniciativa privada porque ela hoje dispõe de recursos e de capacidade de gerenciamento. É uma nova etapa do Brasil.

Assim, não se trata de um entolhimento

do Estado, apenas. É uma coisa mais profunda do que isso. É uma reconstrução do Estado brasileiro, diante dos novos desafios da sociedade contemporânea. E será uma exigência crescente, da sociedade, verificar se ambos — governo e setor privado — estão, realmente, à altura de servir ao País.

O desafio, agora, passa a ser nosso. Antes, era só do governo. As críticas vinham só para nós. Agora, espero que não haja crítica nenhuma mas, se vier, vamos reparti-las. Isso já é uma vantagem, do ponto de vista de quem está exercendo funções públicas. Críticas sempre haverá, e bom que as haja — mas tenho certeza de que nós corresponderemos aos anseios do Brasil.

Entem, o governador Mário Covas esteve conversando comigo a respeito da concessão das rodovias e mostrando o êxito imenso que houve na primeira tentativa — digo tentativa porque há sempre objeções de ordem jurídica — de concessão de uma rodovia, em São Paulo.

Os resultados são tão admiráveis para o Estado e, imagino que, posteriormente, para os usuários, porque onde nós concedemos, no sistema federal, como a Dutra, a Ponté Rio-Niterói, a rodovia para Teresópolis, enfim, em vários setores que nós já pudemos avançar, os resultados têm sido satisfatórios.

E o ministro sabe, tem nos dito, que há um plano muito vultoso, audacioso mesmo, do governo federal, de transferir rodovias para os Estados, de tal maneira que estes possam, mais rapidamente ainda, fazer com que essas rodovias sejam geridas pelo setor privado.

E, obviamente, o governo federal não seria correto se entregasse ao Estado rodovias em péssimas condições. Daí porque, já desde o tempo do ministro Serra no Ministério do Planejamento e, agora, com o ministro Kandir, estamos negociando, com fontes internacionais, recursos para recuperar as estradas, de tal maneira que elas possam, efetivamente, ser atraentes,

não só para o investidor, mas, também, para o usuário; de tal maneira que ele possa usá-la com mais presteza.

Tudo isso tem como objetivo: reduzir o que nós chamamos de custo Brasil. Ou seja, transformar a nossa base produtiva, oferecer melhores condições de infraestrutura; para que o Brasil possa crescer com firmeza e com segurança.

Não quero atisar da paciência dos senhores. Quero apenas lhes dizer que isso é apenas um pequeno exemplo — como também mencionei o ministro — do muito que se está fazendo, em vários setores, no Brasil. E este muito inclui a necessidade imperiosa de nós levarmos adiante as reformas fundamentais e da Previdência, a administrativa e a fiscal.

Eu espero que o Congresso Nacional, desanuviando sua pauta agora — seja qual venha a ser a decisão, a respeito de matéria hoje, provavelmente, em pauta — ele possa encontrar mais energia e tempo para, realmente, aprovar as reformas de que o Brasil precisa.

Eu nunca deixei de falar nelas e insistir nessas reformas. Ainda agora, nessa convocação extraordinária, a pauta que o governo apresentou contemplava essas reformas. Não houve um só encontro meu, com as lideranças dos diversos partidos, que eu não utilizasse o tempo para insistir na importância das reformas.

Pois bem, eu espero que, agora, nós possamos, num novo passo convergente, aprovar essas reformas, para que nós tenhamos, realmente, um horizonte mais limpo — como diria o embaixador Muñoz, mais "despejado" — para que nós possamos ver, com clareza, o nosso futuro. E eu tenho certeza de que vai ser um futuro de trabalho e, também, de prosperidade.

Felicito-os por terem vencido a controvérsia. Agradeço a presença de todos, e desejo que o Ministério e os concessionários continuem a trabalhar com vigor e energia, pela grandeza do nosso país.

Muito obrigado aos senhores.